

nais, regionais e locais, bem como planos e programas empresariais; prevenção de distúrbios ambientais; controle de execução de planos econômicos e de preservação ambiental; participação na gestão de instituições de previdência e assistência, e controle sobre a educação, especialmente na instrução profissional e nos cursos especiais de atualização.

É evidente que a lista evocada por Fanfani poderia ser irrestritamente ampliada, embora alguns pontos nodais tenham sido trocados. Todavia, permanece a questão da organização da sociedade para a participação. Os sindicatos e as associações de bairro talvez representem o quadro natural para essa organização. Nesse sentido, todas as áreas tradicionais de atuação da administração pública deveriam estar sob o controle político da população a que, em princípio, servem. É essa a idéia dos conselhos populares, que, em princípio, visam garantir que desvios próprios ao capitalismo burocrático não aumentem ainda mais a distância já grande entre dirigentes e dirigidos. Por esse motivo, conselhos populares a nível da sociedade e comissões de fábrica a nível da empresa ou estabelecimento fabril obedecem ao mesmo tipo de lógica, à lógica que Fanfani chama de sociabilidade. □

*Fernando Cláudio Prestes Motta*

Motta, Fernando C. Prestes. *Participação e co-gestão — novas formas de administração*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Fernando C. Prestes Motta, neste livro, aborda com muita felicidade um tema atual, o participacionismo. A partir de uma análise da co-gestão na Alemanha e nos demais países europeus, procura buscar a essência desta prática participacionista, discutindo-a não só no âmbito da organização, mas principalmente no contexto político-social, averiguando-a como limite fronteiro do capitalismo e como preparação para prática autogestionária.

Este livro seguramente fornece novas perspectivas para análise das propostas de participacionismo entre nós. Começamos a discutir hoje a participação dos trabalhadores em decisões as mais corriqueiras, do dia-a-dia das empresas, e podemos perceber os vários matizes que esta questão assume em função dos grupos que a discutem. Há uma gama enorme de interesses em torno do assunto. Vemos, de um lado, os empresários mais vanguardistas defendendo a participação do trabalhador através de comissões de fábrica, porém sem a interferência do sindicato, procurando, desta forma, quebrar a hegemonia na empresa e adquirir maior facilidade para cooptação do trabalhador. Vêem, entretanto, com desconfiança a participação do trabalhador, pois sempre há a possibilidade de uma aliança entre as comissões e seu sindicato, o que poderia ocasionar a dilatação do âmbito de atuação imposto a estas comissões.

Em outro lado, temos os sindicatos que vêem na comissão uma forma de abordar e pressionar os empresários com maior facilidade, amedrontam-se, por sua vez, com a possibilidade de um sindicalismo paralelo ou com sua incapacidade para administrar um sindicato extremamente descentralizado.

Em outro lado, temos o governo que considera a participação dos trabalhadores uma forma de avaliar o sistema judiciário e as pressões sociais.

Em outro lado, temos os trabalhadores que vêem a comissão como uma forma mais imediata e efetiva de representação de seus interesses, uma vez que os sindicatos atuam a nível de empresa somente em períodos de crise.

Em outro lado, ainda, temos os profissionais de recursos humanos que pensam a comissão de fábrica como uma forma de conquista de espaço dentro de suas organizações, pois são elementos naturais de articulação entre a direção da empresa e os trabalhadores.

Como vemos, o participacionismo nas empresas é assunto que abre campo a muitas paixões, sendo a co-gestão alemã a grande inspiradora de argumentos de todos os lados. Daí a oportunidade da obra de Motta.

Fernando Motta principia seu livro analisando as formas de participação, participação "que surge como meio por excelência do trato do conflito social (...) inerente às formações sociais antagônicas", em função "da impossibilidade de administrar o conflito apenas através da coação física", e da percepção de "que esse conflito pode ser canalizado para aumento da produtividade através de uma melhora no nível de satisfação dos trabalhadores". Em seguida, diseca a co-gestão alemã, recuperando sua origem; analisando a distribuição de papéis entre os sindicatos, conselhos, empresários e governo; averiguando-a como etapa para a autogestão; analisando o ideário co-gestionário alemão; e examinando as instituições que compõem a co-gestão alemã. Finalmente, Motta passa por todos os países europeus analisando, também, o posicionamento da igreja sobre a participação do trabalhador nas decisões da empresa, desde as colocações do Papa Leão XIII.

A leitura desta obra de Motta é indispensável a quantos queiram inteirar-se do participacionismo como uma nova forma de administração, e a quantos estejam preocupados em pensar o participacionismo entre nós. □

*Joel Souza Dutra*